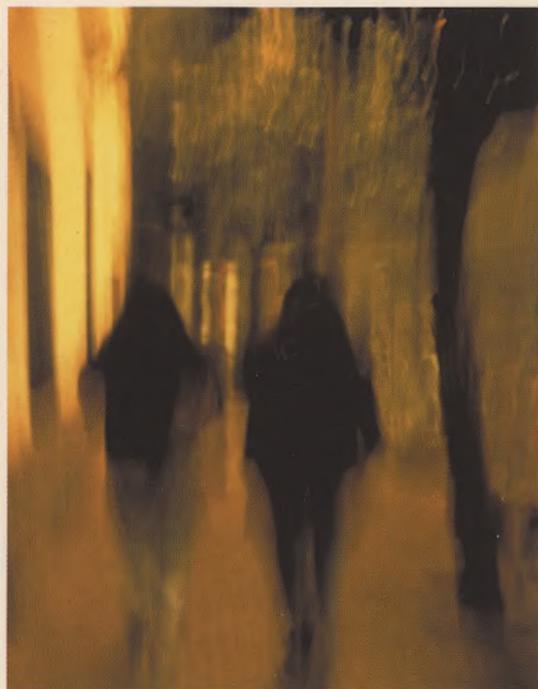


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E VERDADE(S)

VOLUME 23, 2002

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PASSIVIDADE RADICAL, VERDADE E MEDIAÇÕES DA CRISE NO CONHECIMENTO HISTÓRICO ACTUAL

À questão sobre o estatuto e o regime da crise no âmbito do conhecimento histórico actual, cedo se coloca a seguinte dificuldade: a proliferação de diagnósticos e denúncias sobre a sua natureza e impacte, guiados por lógicas historiográficas contraditórias, regidas ou (i) pela sua aceitação quase natural, mecanicamente mantida como um estado reflexo da crise paradigmática que atravessa a contemporaneidade, ou, então, (ii) pela sua denegação mais ou menos violenta, cuja pulsão conduz quer a um estreitamento quase corporativo dos limites da ciência histórica quer, por ironia, à sua hipertrofia. É sobre esta dificuldade que se constituirá o impulso de interrogação deste texto, num esforço ainda preliminar em circunscrever um ângulo eficaz de problematização da história enquanto teoria.

Uma ideia do desdobramento atingido pela percepção contemporânea da crise pode estribar-se nas seguintes palavras de Leonard Krieger: "what is so fundamental about the current crisis of history, then, is that it has been triggered by a profound revulsion, not merely against what some men have done in the past, not merely against what men as such do all time with reference to the past, and not merely against what historians do with the past: it has been triggered by a profound revulsion against the simple and unselective fact of a past - any past¹". O que se torna interessante observar é que esta

* Universidade do Minho.

(h Leonard Krieger, *Time's reasons. Philosophies of history old and new*, Chicago, The University of Chicago Press, 1989, p. 2.

instabilização da experiência do passado serve de pretexto a Krieger para desencadear o estudo da coerência da história, do seu valor e verosimilhança. Se isto ocorre, então o que pode estar em causa no entendimento da crise do conhecimento histórico, nesta e em outras versões, é a própria ideia de reconversão dos seus limites e a sua correlação com o conceito de ordem.

Não é claro, nesta sede, a tomada de consciência deste processo^). A própria incapacidade de garantir alguma unanimidade em tarefas tão básicas e prioritárias como a definição dos termos crise e crítica reforça uma certa indefinição. Crise ou crises que, no seu processo latente ou eruptivo, assinalam também a incapacidade evidenciada pela realidade histórica em as assimilar e, logo, eliminar⁽³⁾.

Este problema ecoa de uma maneira muito especial se condescendermos, mesmo que residualmente, que o conceito de história ainda hoje manipulável pela ciência histórica resulta de um processo radical de transformação da nossa experiência, determinado historicamente pela crise iluminista da metafísica tradicional e pela construção de categorias alternativas⁽⁴⁾. A raiz moderna deste conceito de história - enquanto colectivo singular, independente e hipertrofiado de funções acrescidas na organização da realidade e das suas histórias particulares - obriga a pensar, como pretende Reinhart Koselleck, que "la querelle autour de l'histoire, autour de son concept notamment, n'est pas une simple querelle de méthode, de théorie ou de politique scientifique. Elle touche à une dimension politique et sociale profonde du champ sémantique; en effet, une force intégratrice susceptible de

(2) Rui Cunha Martins, "O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade iconica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, vol. 59, 2001, pp. 37-63.

(3) Jean-Marie Paul, "Avant-propos: la crise et les crises. Depuis quand, jusques à quand?", in *Idem* (Dir.), *Crise et conscience du temps. Des Lumières à Auschwitz*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 1989, pp. 7-32. Uma demonstração forte dessa incapacidade é ironicamente a tendência para a sobreposição, com estatuto de sinonímia, dos termos crise e historia - cf. Gerd Bornheim, "Crise da idéia de crise", in Adauto Novaes (Org.), *A crise da razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 47-66.

(4) Miguel Baptista Pereira, *Modernidade e tempo - para uma leitura do discurso moderno*, Coimbra, Minerva, 1990.

motiver l'action politique est inhérente à ce concept d'histoire, entendu como concept général du mouvement" (5).

As hesitações em torno das direcções de pesquisa a seguir desembocam nesta encruzilhada: como produzir um campo analítico sobre a crise em história se os seus intérpretes se distribuem em universos de saber estranhos uns aos outros? Se a tarefa apresenta características híbridas, por vezes mesmo potenciada por uma exclusão reciprocamente procurada, urge, então, fazer um esforço acrescido para descobrir a estratigrafia invisível das posições. O que não significa o escamoteamento diferido da crise, antes sublinha uma aspiração em descrever morfologicamente a afecção que envolve o conhecimento histórico e que o torna vulnerável à crise. Só assim haverá condições para ensaiar a definição dos contornos da "ontologia provisória" da experiência actual de escrever e reflectir sobre a história - ou, recorrendo a Maurice Merleau-Ponty, da "metafísica em acto" desta mesma experiência(6).

Este raciocínio criou a possibilidade de concentrar num conceito - o de passividade - a capacidade hipotética de potenciar a abertura do espaço do problema. O estudo por parte da fenomenologia deste conceito servirá como catalizador duma "intenção expressiva que não encontra os operadores apropriados", recaindo, então, nesta inadequação a função de mobilizar a emergência e demarcação efectiva do próprio problema(7). De que modo? Explo-

(5) Reinhart Koselleck, *L'expérience de l'histoire*, Paris, Hautes Études-Gallimard-Le Seuil, 1997, p. 89.

(6) Maurice Merleau-Ponty, "La métaphysique dans l'homme", in *Idem*, *Sens et non-sens*, Paris, Gallimard, 1996, pp. 102-119. Ian Hacking exprimiu este enlace entre ontologia e metafísica, tendo como mediação a história, da seguinte maneira: "perhaps, that historical ontology is a species of applied metaphysics just a traditional ontology was a species of traditional metaphysics" - cf. *Historical Ontology*, Cambridge, Harvard University Press, 2002, p. 11. Refira-se que "ontologia provisória", pese a sua imperfeição terminológica, recobre com voluntária incomodidade a intenção de colocar a discussão numa zona tática de investigação dificilmente monopolizável ou pelos efeitos narrativos do "linguistic turn" ou, mais perto, pela expansão das filosofias cognitivas, sem, no entanto, prescindir deles.

(7) Fernando Gil, *Mimésis e Negação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 255.

rando a sua radicalidade, que ultrapassa a mera oposição passivo/ activo, para se colocar no apuramento de um estrato arcaico, pré-categorial, mas não regressivo, que influencia as condições de representação do conhecimento e dos sentimentos de identidade dos objectos e da própria temporalidade.

Se reconstituirmos a história deste conceito, a abordagem de Edmund Husserl afigura-se fundamental. Em Husserl, a fenomenologia da passividade posiciona-se como a oportunidade de observar de que maneira o método genético participa na fundação lógica da ciência. Este apuramento conduz Husserl a desdobrar a síntese passiva em vários estratos ou movimentos de desigual intervenção na constituição objectiva dos fenómenos, apontando a sua investigação em duas direcções principais: uma, privilegiando a via da psicologia fenomenológica; outra, mergulhando na problemática ontológica do "mundo da vida"⁽⁸⁾. Longe de se revelar como um bloqueio em si mesmo, o hiato observado entre a problemática fenomenológica husserliana, transcendental e teleológica por definição, e o conhecimento histórico converte-se numa alavanca suplementar do interesse em estudar a passividade como instância mediadora da crise⁽⁹⁾.

A captação das mutações e das variantes da "passividade", acompanhando de resto a interacção da fenomenologia com outras disciplinas e práticas de averiguação, apresenta-se, neste contexto, como uma ocasião estratégica para avaliar a sua "potência epocal" em ir configurando alguns nós críticos resultantes da radicalização filosófica da história. No quadro complexo de uma reflexão pós-historicista, cujo solo é a crítica da metafísica ocidental, a afirmação de uma historicidade radical movimentar-se-á, não sem alguma "ambiguidade", contra as versões idealistas e evolucionistas da história forjadas no século XIX⁽¹⁰⁾. Ambiguidade que toca num aspecto

⁽⁸⁾ **Bruce Bégout**, *La généalogie de la logique. Husserl l'antéprédicatif et le catégorial* Paris, J. Vrin, 2000.

⁽⁹⁾ Um delineamento desse "hiato" foi feito por Paul Ricoeur em "Husserl et le sens de l'histoire" [1949] - ver, do autor, a recolha husserliana, *A l'École de la phénoménologie*, Paris, J. Vrin, 1986, pp. 21-57.

⁽¹⁰⁾ Não é, assim, por acaso que a temática do "fim da história" tem nas últimas décadas actualizado o estudo e o impacte dessa historicidade radical. Cf. Jocelyn Benoist, Fabio Merlini (Éds.), *Après la fin de l'histoire. Temps, monde, historicité*, Paris, J. Vrin, 1998.

transversal à história da filosofia contemporânea: a compatibilização entre o desenvolvimento da noção de historicidade e a investigação do conceito de sujeito. A articulação deste aspecto com a sondagem das características do conhecimento histórico actual que potenciam de uma maneira ou de outra a "afecção da crise" desenha a encruzilhada principal. As dúvidas surgem como que naturalmente: até que ponto se respeitará a natureza específica dos discursos em causa?; qual o grau de comensurabilidade dos mesmos? O risco que se corre é o da fracturação irreversível da investigação. Tentarei, até ao final deste texto, sugerir a existência de dois tipos de constrangimentos cujo tratamento poderá fazer avançar a investigação: um relacionado com a fixação historiográfica da crise; outro centrado na revisitação do problema historiográfico da "origem".

Se a proliferação de versões sobre "a crise da história" constitui um dado inatacável, o mesmo já não se pode dizer da presença de instrumentos de trabalho que incidam sobre as tipologias e as naturezas dos discursos que as suportam. A persistência desta situação lacunar é claramente sobredeterminada quer pelo pendor quase autobiográfico com que os diversos protagonistas, individuais ou colectivos, se vão interrogando sobre o assunto, quer ainda pela transposição dos debates actuais em torno da modernidade e da sua eventual decadência. Como se, a enquadrar estes dois aspectos, os historiadores fossem particularmente dominados pelos efeitos contraditórios provocados pelas "fantasmagorias do novo"¹¹). Daí um rápido e plural *aggiornamento* intelectual - visível na co-inventariação de novas correntes historiográficas; nas antologias de artigos, debates e entrevistas sobre o panorama teórico em história - cuja lógica tem originado uma espécie de "compressão da presença" historiográfica. Isto é, a explosão inusitada de mecanismos de vária ordem que compactam o valor da história através de uma política de presença: o testemunho presencial dos protagonistas das análises tende a reforçar as próprias estratégias historiográficas, sem que isso despolette a revisão dos limites da experiência da crise. Um dos efeitos, a confiar em Gérard Noiriel, consiste precisamente na constatação que os estudos dedicados à crise da história têm orientado pragmaticamente

O¹¹) António Guerreiro, "A época e as suas fantasmagorias", in *Idem*, *O acento agudo do presente*, Lisboa, Cotovia, 2000, pp. 81-103.

o seu trabalho para a criação de um "tribunal supremo" da disciplina histórica, "el lugar en el que se determina aquello que en historia consideramos 'importante', 'nuevo' o, por el contrario, 'superado'. Si renunciamos a buscar los fundamentos de nuestros conocimientos fuera de nuestras prácticas, es evidente la necesidad de este 'tribunal'"(12). Os contornos desta judicialização da história não têm apenas este efeito corporativo, mas reaparecem de forma crescente na disputa legal, nos próprios tribunais, da verdade dita histórica⁽³⁾. Não me parece deslocado convocar neste contexto a teleologia detectada no trabalho historiográfico por Renaud Dulong, estabelecendo um vínculo entre o ideal do historiador e as expectativas da testemunha, e definida nestes termos: "le travail de l'historien et le discours qu'il poursuit pourraient être mus par une exigence éthique, par une injonction de ressaisir son passé collectif, l'héritage reçu des compatriotes, le précédant, et le juger à la première personne du singulier"(14). A ser assim, talvez uma das tarefas prioritárias no apuramento da afecção da "crise da história" tenha que passar por discutir de que forma a crítica enquanto teoria ameaça ou, pelo contrário, faz durar este objecto interior da investigação histórica⁽⁵⁾.

(12) Gérard Noiriel, *Sobre la crisis de la historia*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1997, p. 198.

(13) Cf. Richard Evans, "History, memory, and the law: the historian as expert witness", *History and Theory. Studies in the philosophy of history*, Middletown, vol. 41, 2002, pp. 326-345, ou, num registo mais assente na filosofia política, Jacques Poulain (Dir.), *Qu'est-ce que la justice? Devant l'autel de l'histoire*, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 1996.

(14) Renaud Dulong, *Le témoin oculaire. Les conditions sociales de l'attestation personnelle*, Paris, Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1998, p. 223.

(15) Esta tarefa, como outras neste plano, deverá obviamente acautelar a interacção entre teoria da história e história da historiografia, sobretudo num aspecto: a função comparativa que o exercício da história da historiografia poderá imprimir ao trabalho teórico. O que não me inibe de estar ciente que essa comparação se for assimétrica - entre a erudição histórica sobre "épocas" passadas, por um lado, e a superficial retenção da actualidade teórica e seus efeitos na historiografia - redundará numa estratégia mais ou menos encapotada e ideológica de negar ao presente um direito histórico absoluto. Sobre este dilema, ver Jeffrey Andrew Barash, "The sense of history: on the political implications of Karl Lowith's concept of secularization", *History and*

Se a radicalização do discurso filosófico sobre a história, num sentido de captar um extracto originário e actuante na temporalidade e na existência, é um traço marcante do século passado, o mesmo já não se pode dizer da exploração da //origem// pela historiografia - nomeadamente no papel que ela pode desempenhar na aferição da experiência temporal historiográfica. A conotação conservadora que lhe foi emprestada, numa curva cronológica que regista a cientificação da sociologia, pode bem ser uma pista para compreender a lógica deste constrangimento⁽¹⁶⁾. A crítica que nos inícios do século passado François Simiand endereça à idolatria historiográfica pelas origens vai nesse sentido: o de insinuar o carácter rehogado da história face aos problemas das ciências sociais⁽¹⁷⁾. O que é certo é que esta desvalorização das origens acompanha, de forma matricial, o desenvolvimento dos *Annales* franceses, repercutindo-se em sucessivas gerações de historiadores. O escrito metodológico, se bem que incompleto, de Marc Bloch, pela sua projecção, é um bom exemplo desse estigma da origem: a origem é desqualificada em favor das ambiências sociais e da sua esfera comparativa⁽¹⁸⁾. Este corte, que em Bloch é mais complexo e ambivalente do que parece, terá permitido a instalação de um mecanismo de impermeabilização da historiografia face ao debate sobre o tempo e a sua experiência. Está ainda por averiguar a propriedade e o alcance desta observação⁽¹⁹⁾. Ora, interessará relacionar este aspecto com a questão da experiência historiográfica e,

Theory. Studies in the philosophy of history, Middletown, vol. 37, 1998, pp. 69-82. Um exemplo desta estratégia em Peter Burke, "Two crisis of historical consciousness", *Storia della storiografia*, Milano, vol. 33, 1998, pp. 3-16.

⁽¹⁶⁾ Cf. Antonio Sousa Ribeiro, "Karl Kraus e o modernismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, vol. 35, 1992, p. 153.

⁽¹⁷⁾ O contexto desta crítica está estudado por Enrico Castelli Gattinara, *Les inquiétudes de la raison - épistémologie et histoire en France dans l'entre-deux-guerres*, Paris, J. Vrin/École d'Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

⁽¹⁸⁾ Marc Bloch, *Introdução à história*/Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1997, pp. 90-94, [1941-43?].

⁽¹⁹⁾ Num contexto recente de reaproximação ao estudo da experiência, Bernard Lepetit reata, por exemplo, a asserção blochiana - "Histoire des pratiques, pratique de l'histoire", in *Idem* (Dir.), *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*, Paris, Albin Michel, 1995, pp. 9-22.

nomeadamente, com a sua dimensão passiva. Não deixa de ser interessante anotar o paralelo estabelecido por Siegfried Kracauer entre a passividade do mecanismo de representação fotográfica e a "passividade activa" detectada no trabalho do historiador, em polémica aberta com a rejeição que Marc Bloch, ele mesmo, faz da observação passiva dos factos⁽²⁰⁾. Esta rejeição blochiana é articulável com a denuncia das origens. A mesma rejeição pode também ser articulada com a impressiva síntese de Carlo Ginzburg sobre a técnica e o conhecimento da realidade: "last century the enthusiasm for scientific and technological progress translated it self into an image of knowledge (including historiographical) hinging on the passive reflection of reality. In our century an analogous enthusiasm has emphasized, instead, the active, constructive elements of knowledge"⁽²¹⁾. A ser assim, Marc Bloch, ao defender uma atitude dinâmica e comparativa, é bem exemplo do século XX ginzburguiano⁽²²⁾.

Falta sugerir, por último, o seguinte: a "dificuldade" retida no início deste texto inscreve-se, ou é susceptível de ser tratada, no quadro de investigação da evidência. Os sentimentos de crise, de rejeição ou aceitação da sua presença no terreno historiográfico, parecem remeter para um regime de percepção equivalente ou, mesmo, interior a qualquer tipo de evidência: o de, por exemplo, quererem, mas não poderem, afirmar-se como garantes de uma verdade objectivamente partilhada. O intervalo aberto por esta intenção - diríamos, ilusão? - de verdade ajuda a criar um horizonte

(20) Siegfried Kracauer, *History. The last things before the last*, New York, Oxford University Press, 1969, pp. 80-103.

(21) Carlo Ginzburg, *History, rethoric and proof. The Menahem Stern Jerusalem Lectures*, Hannover and London, University Press of New England, 1999, p. 25.

(22) O efeito é, todavia, estranho: dir-se-ia que Ginzburg evita na lógica da sua argumentação, a dimensão complexa da passividade. As razões deste falhanço podem-se incorporar, com algumas variações, no mesmo registo de ambivalência detectável em Marc Bloch. Não cabe aqui desenvolver este aspecto, o qual, sem prejuízo de ulterior apreciação, me parece dever-se ao confronto, na obra destes dois autores, entre um estilo morfológico e um estilo histórico (cf. Carlo Ginzburg, *Mito, emblemi, spie. Morfologia e storia*, Torino, Einaudi, 1992, pp. ix-xvi).

de pesquisa sobre a função da evidência naquilo que passo a designar por "a consciência interna da crise do conhecimento histórico" (23). As consequências são francamente imprevisíveis. Mas, espero, despidas, no que à teoria diz respeito, quer de uma concepção finalista, quer da sua figura simétrica de desalojamento(24).

(23) Numa perspectiva complementar, Aviezer Tucker, "The future of the philosophy of historiography", *History and Theory. Studies in the philosophy of history*, Middletown, vol. 40, 2001, pp. 37-56.

(24) Miguel Tamen, *Maneiras de interpretação. Os fins do argumento nos estudos literários*, Lisboa, INCM, 1994, pp. 9-22.